FÓRUM TÉCNICO SOBRE STARTUPS

2ª Reunião Preparatória – 26/7/2015 – 9h30 – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Órgãos e entidades presentes	• Associação Mineira de Municípios – AMM • Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG • Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica – CTIT-UFMG • Conselho Regional de Administração de Minas – CRA • Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig • Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais – Fecomércio • Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig • Fundação João Pinheiro – FJP • Instituto de Referência em Internet e Sociedade – IRIS • Netbee • Núcleo de Empresas Juniores da UFMG • Parque Tecnológico de Belo Horizonte – BH-TEC • Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas • Rede Mineira de Inovação – RMI • Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes • Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE • Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Minas Gerais – Senac Minas
Parlamentares e assessorias	• Deputado Antônio Carlos Arantes • Assessoria do deputado Dalmo Ribeiro
Assessoria ALMG	• Gerência-Geral de Consultoria Temática • Gerência-Geral de Gestão de Pessoas • Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação • Gerência-Geral de Projetos Institucionais • Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial • Gerência-Geral de Tecnologia da Informação
Pauta Prevista	• Abertura • Apresentação dos convidados • Apresentação da Gerência de Relações Públicas da ALMG sobre o suporte de comunicação em eventos institucionais • Definição dos eixos temáticos, dos objetivos e do nome do fórum técnico • Marcação da próxima reunião preparatória • Encerramento
	• Aberta a reunião sob a coordenação do deputado Antônio Carlos Arantes. • Breve apresentação dos presentes: nome e entidade que representa.

2ª Reunião Preparatória – 26/7/2015 – 9h30 – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Transcurso da reunião / pontos importantes	• Foi apresentada uma proposta de organização do temário para os grupos de trabalho em três eixos temáticos, elaborada pela equipe técnica da Casa a partir das contribuições recebidas na 1ª reunião, e abriu-se a palavra para avaliações e sugestões. • Sobre o eixo 1, "Conceito e cultura", foi sugerido o acréscimo de subitens sobre o papel das *startups* no processo de inovação e sobre papel do estado na geração e criação de *startups*. • Foi proposto o acréscimo do termo "inovação" no subitem do eixo 1 "Normas e diretrizes de política de ciência e tecnologia". • Observou-se que a discussão sobre "Normas e diretrizes de política de ciência e tecnologia", deve ser feita de acordo com o novo arcabouço legal das Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs –, que também deve ser considerado para a abordagem de "Registro de propriedade intelectual", no eixo 2. • Colocou-se que há no Estado iniciativas implantando a cultura empreendedora de *startups,* baseada em experiências estrangeiras, da Europa e dos EUA, e por outro lado há um trabalho sendo feito na área de ciência, tecnologia e inovação, tanto pela Fapemig e pela Sectes quanto pelo Sebrae, a Fiemg, etc. A temática das *startups* é parte de um todo, que são as políticas e diretrizes de ciência e tecnologia, e coloca-se como questão focar essas iniciativas, ou ampliar o escopo da discussão para o todo. • Avaliou-se que os eixos estão muito bons, mas que a abordagem dos marcos legais de ciência e tecnologia e a questão do registro de propriedade intelectual extrapola o âmbito de discussão das *startups* e aceleradoras, e pode delongar demais o processo. Sugeriu-se suprimir esses itens, deixando a discussão mais enxuta. • Lembrou-se que deve-se abordar o empreendedorismo de alto impacto, não só as *startups* em si, e sugeriu-se que uma aproximação com as universidades seja abordada mais a fundo no eixo 1, principalmente em relação ao papel dos professores e pesquisadores, e também da Capes. • Sugeriu-se que, no subitem sobre cultura e educação empreendedora, seja abordada a inserção de disciplinas de empreendedorismo nas grades curriculares, não só das universidades, mas dos ensinos fundamental e médio. • Afirmou-se que a questão do empreendedorismo pode ser tratada na educação como tema transversal, o que já acontece nos cursos do Sistema S. • Observou-se que uma questão central para as *startups* é a permanência no mercado, sua sobrevivência e sustentabilidade, e foi proposto a inclusão do subitem "Qualificação e aperfeiçoamento permanente das *startups*". • Afirmou-se que a questão do marco legal não pode ser deixada de lado, uma vez que está sendo rediscutida no nível nacional. Comentou-se que a lei estadual de inovação de 2008 refletiu a legislação nacional de 2004, e que há pontos que impactam as iniciativas, como por exemplo o direito ao uso de laboratórios das universidades, que é de interesse das *startups.* • Sugeriu-se que seja abordada, no eixo 1, o papel dos atores no ecossistema, buscando defini-los bem na legislação no sentido de evitar atividades redundantes. • Foi proposto que o projeto de lei trate das empresas de tecnologia como um todo, evitando a delimitação do conceito de *startups* como empresas pequenas, recentes e de baixo faturamento. • Foi sugerido convite à representante Anpei, para falar do relacionamento da indústria com as universidades e os centros

2ª Reunião Preparatória – 26/7/2015 – 9h30 – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Transcurso da reunião / pontos importantes	de pesquisa, necessários para que a inovação possa realmente acontecer. • Sugeriu-se abordar a experiência de Minas Gerais, que tem muitas iniciativas boas como o BioStartup Lab, o San Pedro Valley, a RMI, que trabalha um conceito muito interessante de parques tecnológicos e incubadoras, e o SEED, e foram sugeridos os seguintes nomes: Silvana do SEED, André Barrense, e Fernando Dolabela, para falar de cultura e educação empreendedora. • O parlamentar colocou que o tema é muito amplo, as questões se desdobram e poderíamos marcar reuniões semanais até o fim do ano, ou mais, e não esgotá-las, e que, apesar da riqueza e importância de todas as colocações, é necessário sermos práticos e objetivos, aproveitando obviamente o máximo das contribuições, o que demandará da consultoria um exercício complexo. O deputado lembrou que o projeto poderá ser modificado e aperfeiçoado no futuro, mesmo após a aprovação, por meio de emendas, e que é impossível conseguir um projeto perfeito; o objetivo deve ser conseguir aprovar uma lei boa para o setor, até o fim do ano, logo após o fórum técnico, o que acredita ser possível uma vez que, a seu ver, a matéria é de consenso e não deve sofrer resistência no processo de tramitação. • Colocou-se que as *startups* não devem ter um status próprio dentro do processo de inovação, apesar de suas singularidades que exigem e merecem políticas públicas próprias, mas têm que ser incluídas dentro de um processo mais amplo, como foi defendido por algumas falas nesta reunião, e é necessário buscar um projeto de lei que seja coerente com o marco regulatório de ciência e tecnologia que está sendo aprovado no Estado. • Observou-se que o processo legiferante é incessante, e que é positivo que se avance no plano conceitual, no sentido de gerar um extrato mais aprofundado, mesmo que nem tudo chegue a ser aproveitado no projeto de lei; o que se faz necessário é a construção do consenso, e não há grandes contradições em tudo que foi exposto até agora, havendo talvez alguma discordância quanto à forma, mas não em relação ao conteúdo. • Sobre a questão da inclusão do tema ou disciplina “Empreendedorismo” na educação, o deputado mencionou que, na cidade de Gramado, a disciplina “Turismo” foi incluída na grade curricular desde o ensino fundamental, o que tem levado a um desempenho excepcional do município nessa área, e que os países que incluíram a cultura empreendedora em seus sistemas educacionais saíram na frente nesse processo. • Lembrou-se que essa delimitação do escopo temático tem a função de facilitar didaticamente a discussão dos grupos de trabalho e as contribuições da consulta pública, no sentido de atrair propostas. O importante, nesse momento, é lapidar os consensos e construir eixos temáticos que funcionem como provocações para o recebimento de propostas; é possível que, após essa definição, sejam formadas Comissões Técnicas Interinstitucionais – CTIs –, formadas por membros da comissão organizadora, que possam construir um documento de propostas que sirva de base e subsídio para as discussões no interior. • A comissão organizadora definirá posteriormente, tendo como referência os agrupamentos temáticos estabelecidos, as mesas de exposições que fomentarão os debates, tanto no interior quanto na etapa final, ou seja, construirá a programação, propriamente dita, dos eventos. • Esclareceu-se que a construção do conteúdo do fórum técnico passa por várias etapas: temos o projeto de lei como pano de fundo, e a comissão organizadora definirá o temário e poderá instituir CTIs para elaborar um material de referência; nos encontros regionais e na consulta pública, esse conteúdo será levado à ampla consulta, aberta a todos os cidadãos,

Transcurso da reunião / pontos importantes	podendo receber sugestões de alterações e propostas novas; a etapa final lapidará todo o acúmulo, priorizando propostas num documento final; no pós-evento, o comitê de representação do fórum técnico acompanhará os desdobramentos, em que as propostas serão adaptadas e inseridas no projeto de lei ao longo de sua tramitação, podendo também receber outros encaminhamentos, como requerimentos ao executivo ou a outros entes federados, por exemplo. • Questionou-se o fato do parágrafo único do projeto de lei privilegiar apenas um setor, as *startups* de tecnologia de informação de comunicação, e colocou-se que outras áreas, como as ciências da vida, poderiam também ser abordadas. • Afirmou-se que as *startups* do agronegócio também não estão contempladas, e que se deveria buscar abordar todas os setores da economia mineira na lei. • Observou-se que esse é o momento de esmerilhar um conceito de *startup* que possa contemplar as diversas áreas, lembrando-se que o deputado disse na reunião anterior que o projeto é apenas o esqueleto sobre o qual esse fórum técnico construirá o corpo. • Comentou-se que o material elaborado pela IRIS já está sendo revisado, que é difícil por no papel uma definição satisfatória de *startup*, e que esse material em revisão poderia ser compartilhado entre todos, com possibilidade de comentários e sugestões, para não ficarmos restritos às reuniões das terças-feiras. • A representação da Sectes colocou que a escolha de municípios para os encontros regionais deve seguir critérios técnicos, e mencionou que a secretaria realizou em 2014 estudos de viabilidade para implantação de parques tecnológicos que pode subsidiar as escolhas. • Observou-se que os estudos abordaram outros pontos e não o empreendedorismo, e que podem servir de ponto de partida, mas não como critério definidor. • Esclareceu-se que é importante que essa comissão organizadora apresente sugestões embasadas e consensuadas de municípios para a regionalização, mas que a escolha das cidades é feita, em última instância, no âmbito político da ALMG, a partir de demandas apresentadas à Mesa Diretora pelos parlamentares que têm base nas diversas regiões. • Sobre a inclusão da temática de empreendedorismo na educação, observou-se que seria necessário aproximar a experiência das empresas dos estudantes, uma vez que a inclusão de disciplina na grade curricular garante apenas a teoria, que no caso do Cefet é da área de administração, sendo que o que o aluno dos cursos tecnológicos busca é o desafio da solução de problemas. • Foram relidos os eixos temáticos propostos com o acréscimo das sugestões apresentadas na reunião. • Observou-se que os itens elencados no eixo 1 estão destoantes entre si, em relação aos níveis de abstração e objetividade. Sugeriu-se uma abordagem em três blocos: 1) discussão do conceito de *startup*, localizando esse ator ou fenômeno no processo de inovação; 2) discussão do papel do estado no processo de inovação, especificamente em termos do apoio que ele pode dar às iniciativas, abordando inclusive as experiências internacionais; e 3) discussão das políticas públicas direcionadas às *startups*, abordando sua real capacidade de diversificar a estrutura produtiva, a inclusão da temática do emprendedorismo na grade curricular das escolas e universidades e também a interação que os atores educacionais podem ter com as empresas. • Observou-se a importância de discutir o papel de todos os atores do ecossistema e a forma como se relacionam, e sugeriu-se a criação de um tópico específico sobre isso; em contraposição, colocou-se que as abordagens do conceito de

Transcurso da reunião / pontos importantes	*startups* e do papel do estado dentro do processo de inovação levarão inevitavelmente à discussão do papel de outros atores, tornando desnecessário o tópico específico. • Sugeriu-se que a abordagem do papel das universidades privilegiasse as iniciativas que já existem no campo da cultura empreendedora, como a Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica – CTIT –- da UFMG, o movimento empresas juniores e os programas de aceleração de *startups*, buscando fortalecê-las e torná-las mais acessíveis a alunos de diversos cursos. • Foi perguntado se há um consenso em que se enxugue o conjunto de pontos apontados para o eixo 1 nos três blocos propostos, assim como se há consenso nos pontos listados nos eixos 2 e 3. • Sugeriu-se, para o eixo 3, um item sobre apoiadores de *startups*, como empresas juniores, consultorias, mentorias de seniores, aceleradoras e incubadoras. • Foram sugeridos como temas legislação trabalhista e propriedade intelectual, mesmo que estas questões não estejam na competência legislativa do Estado, sendo de âmbito federal. • Observou-se que o Estado pode sim aprovar legislação complementar sobre propriedade intelectual. Mencionou-se que o tema é de suma importância, sobretudo para aqueles que buscam internacionalizar seu produto ou serviço. • Apontaram-se outros pontos que merecem destaque no projeto de lei, como por exemplo o fato de que são colocadas despesas sem a indicação de receitas; esclareceu-se que as alterações serão produto do fórum técnico, mas que é importante localizar os pontos controversos e mesmo buscar consensos na formatação do material que servirá de base para as discussões. • Lembrou-se que, antes das reuniões preparatórias do fórum técnico, houve a realização de reuniões de um grupo reduzido que elaborou estudos prévios e a minuta do PL, com a participação dos parlamentares e de representantes da IRIS, e sugeriu-se, no sentido de evitar retrabalho e desgastes, que o material seja compartilhado entre todos da comissão organizadora, lembrando inclusive que o projeto já foi aprimorado em relação à minuta apresentada. • Esclareceu-se que a abertura da discussão para um evento institucional gera necessariamente um envolvimento de mais atores que leva o conteúdo a um maior peso político, o que não tira o mérito do trabalho já feito; ficou combinado que o material produzido será enviado à GPI para que seja compartilhado com toda a comissão organizadora. • Sobre a abordagem do papel das universidades, reforçou-se a ideia de buscar o envolvimento dos pesquisadores e da Capes, sem prejuízo da valorização das iniciativas existentes. • Sugeriu-se convidar para essa comissão organizadora a Assessoria de Relações Internacionais do Governo e a Exportaminas, uma vez que o eixo 3 tem um item sobre processo de internacionalização; mencionou-se que a Fiemg também atua nessa área. • Complementando as sugestões de convite, foram apresentados dois nomes específicos do Conecit, Virgílio Augusto Almeida, representantes dos cientistas, e Rogério Mamão Gouveia, representante dos trabalhadores; sugeriu-se também convite ao ex-ministro Clélio Campolina Diniz. Esclareceu-se que convites foram enviados aos conselheiros do Conecit, e que alguns indicaram impossibilidade de agenda para esta reunião. • A representação da Fundação João Pinheiro colocou que, conforme colocado na reunião anterior, está sendo implantada na instituição a Diretoria de Estudos em Cultura Turismo e Economia Criativa, que acompanhará o processo de

2ª Reunião Preparatória – 26/7/2015 – 9h30 – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Transcurso da reunião / pontos importantes	preparação deste fórum técnico, e está sendo planejado, também para novembro, em data anterior ao fórum, um seminário sobre economia criativa; colocou-se ainda que a FJP é parceira da Codemig na implantação do projeto P7, que ocupará o prédio do antigo Banco de Minas Gerais, na Praça 7, como um espaço de desenvolvimento de empresas de inovação, e foi sugerido convite à Diretoria de Fomento às Indústrias Criativas da Codemig para as próximas reuniões. • A Gerência de Relações Públicas da ALMG explicou que a inversão da pauta foi positiva, no sentido de que esta reunião se focasse mais na definição do escopo temático do evento e também no esclarecimento do formato e do alcance de um fórum técnico, e que a apresentação do suporte de comunicação para o evento, envolvendo ações de relações públicas, jornalismo e publicidade, será feita no início da próxima reunião, assim como a aplicação de um breve questionário que subsidiará a elaboração da identidade visual e do plano de comunicação como um todo. • Colocou-se, como questão a ser pensada para as próximas reuniões, a forma como o conteúdo do projeto de lei e dos temas levantados será apresentado para os participantes do fórum técnico, seja na forma de tópicos, de propostas base ou de perguntas. Continuam na pauta para a próxima reunião a definição dos eixos temáticos, dos objetivos e do nome do fórum técnico.
Próxima reunião	• **Dia 2 de agosto de 2016, terça-feira, às 9h30min, na Sala de Reuniões 1 da GPI, localizada no 4° andar do Edifício Tiradentes (Rua Rodrigues Caldas, 79, bairro Santo Agostinho).**
Pauta da próxima reunião	• Abertura • Apresentação dos convidados • Apresentação da Gerência de Relações Públicas da ALMG sobre o suporte de comunicação em eventos institucionais e aplicação de questionário • Continuação da discussão e definição dos eixos temáticos, dos objetivos e do nome do fórum técnico • Apresentação pela Gerência-Geral de Projetos Institucionais – GPI – das tarefas que precisam ser realizadas pela Comissão Organizadora e cronograma para realização • Marcação da próxima reunião preparatória • Encerramento